



José Soares*

Transparência

Que ninguém fique em casa

Aos 48 anos de Liberdade que vivenciamos desde 1974, a mais eficaz arma popular para continuarmos a viver em sociedade democrática, apresenta-se a todo o cidadão e cidadã - o voto livre.

As mudanças estruturais de extrema necessidade ao país exigem um entendimento multipartidário no parlamento central, que obrigue as forças políticas a unirem esforços para as mudanças constitucionais fundamentais em todo o sistema de justiça, reforma da educação, reestruturação bancária de forma a impedir cartéis mafiosos financeiros como os que temos assistido nos últimos anos.

Baixar os custos da energia elétrica e congelar esses custos durante uma década, de forma a incentivar mais e melhor investimento.

Baixar o IRC, uma das armas mais utilizadas por qualquer economia avançada para dinamizar investimento diversificado.

Reformar o sistema eleitoral, essa praga que fará aumentar cada vez mais a indiferença do povo - a abstenção. Persiste um sistema eleitoral feito à medida de todos os partidos e políticos e a quem não interessa mexer. Em 1997 alterou-se a Constituição para permitir um sistema misto e proporcional. Até agora, ninguém falou disso nem da obrigação de respeitar a Constituição Portuguesa. Não se pode obstar uma democracia de ser mais representativa.

Abolir da Constituição Portuguesa a proibição de partidos insulares nas autonomias arquipelágicas, é outra medida essencial para o reforço da democracia portuguesa.

Esta fantochada colonial de sucursais partidárias comandadas de fora e que só servem para atirar areia aos olhos internacionais, cilindrando os direitos coletivos dos povos insulares, num flagrante crime político que infringe as mais elementares regras do Direito Internacional, está a deixar Portugal cada vez mais no primitivismo político em pleno século XXI.

Enfim, os temas que mais desafiam o país e esta democracia de quase meio século, são de importância capital para atirar Portugal e os Arquipélagos soberanizados, à modernidade globalmente exigida.

É tempo de cumprir a hombridade política. A Ética Republicana.

O fortalecimento da Democracia portuguesa, só beneficia com essa transparência, essa lucidez cândida, essa verticalidade política que faz da exceção, a regra mais que necessária aos Açores, à Madeira e a Portugal.

Nós, o Povo, os mandatários e guardiões de todo o sistema em que vivemos, somos os responsáveis pela via política que queiramos impregnar na sociedade. Temos a inteira Liberdade de o fazer. É também o nosso mais sério e magnânimo Dever.

Que ninguém fique em casa. A decisão chama e com ela, o Futuro dos vindouros.

* lusologias@gmail.com



Chrys Chrystello*

Poderia ser inconstitucional mas necessário

Em junho 2019 escrevi uma carta aberta ao (então) Sr. Presidente do GRA sobre a abstenção que talvez bata todos os recordes hoje 30 janeiro 2022...

Caro Presidente do GRA, aquilo que lhe vou propor é a única solução viável para resolver as suas preocupações com a abstenção eleitoral nos Açores.

Não é fácil, nem agradável, (TALVEZ INCONSTITUCIONAL) mas também não é das mais difíceis de implementar.

Exige muita coragem e comprometimento, e pode mesmo representar o fim das suas aspirações políticas futuras.

É a solução que resulta, após aturado estudo das circunstâncias socioeconómicas da população açoriana.

Como sabe, a maioria da população destas nove ilhas desenvolveu ao longo destas quatro décadas uma complexa teia de subsidiodependência, a todos os níveis da sociedade, quer a nível individual, quer empresarial ou coletivo.

Nada se faz nestas ilhas sem ser à custa de subsídios. Mas a solução para o absurdo elevadíssimo nível de abstenção eleitoral nos Açores tem uma solução que nem é muito incómoda nem muito burocrática. Temos autonomia para o decidir, em vez de esperarmos por Godot, que nunca chegará (isto de esperar que a República o faça, não dará quaisquer resultados, nem ninguém em Portugal está interessado no tema, nem em solucioná-lo).

Nós, açorianos, podemos dar o exemplo, seguir na vanguarda da sua resolução, imediata, com um custo de aplicação infinitesimal na determinação de

um desiderato açoriano: acabar com a abstenção eleitoral.

Primeiro, deve-se introduzir o voto eletrónico para estudantes, expatriados e outros que estejam longe do seu local de recenseamento eleitoral, seja em Portugal, estrangeiro ou noutras ilhas.

Segundo, deve começar-se já a fazer uma atualização (limpeza) dos cadernos eleitorais, pois estou convicto de lá existirem 10 ou 20% de defuntos, a tecnologia existente permite um parto sem dor para tão urgente atualização.

Terceiro e mais importante a criação de um certificado de voto. Após o ato eleitoral deve ser entregue a cada eleitor um certificado de voto, que passaria a ser mais importante do que o cartão de cidadão ou outro, para a atribuição de qualquer apoio social, cultural ou de desemprego, etc.

Nem é preciso tornar o voto obrigatório, dado muita gente se opor a essa obrigação e às coimas que isso implicaria, bastava tornar obrigatória a apresentação do certificado de voto para receber apoios do estado (a nível regional). Estamos certos de que após a introdução desta medida, a abstenção baixaria para menos de 10%. Claro que haverá sempre uns insatisfeitos a falar de inconstitucionalidade e outras coisas mas a nossa autonomia exige-o.

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício 297713 (Australian Journalists' Association MEAA)